

OS ALBERGUES DOS MIGRANTES NO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

PROGRAMAS DE AÇÃO SOCIAL OU POLÍTICAS DE CIRCULAÇÃO DE POPULAÇÃO?

Valmir Aranha*

Introdução

Em meio ao quadro recessivo, de crise e de desemprego que perpassou o país durante os anos oitenta, o Interior do Estado de São Paulo apresentou um crescimento econômico impulsionado sobretudo pelo processo de desconcentração industrial.¹ Este processo induziu à formação de um mercado de trabalho urbano-industrial que representa a segunda concentração da indústria brasileira, proporcionou a expansão de suas agro-indústrias bem como a formação dos complexos agro-industriais mais modernos e avançados do país. O rápido crescimento econômico contribuiu significativamente também para configurar uma sociedade nitidamente urbanizada com uma rede de cidades interligadas por uma malha viária e ferroviária complexa e com uma estrutura de comércio e serviços bastante diversificada.

Os reflexos deste fenômeno do ponto de vista demográfico indicam que enquanto as principais metrópoles nacionais e as áreas de fronteiras apresentaram uma diminuição na intensidade do processo migratório, o Interior apresentou um contínuo incremento de população induzido por fluxos migratórios intra e inter estaduais. Algumas de suas regiões transformaram-se em polos de atração de migrantes representando e consolidando uma nova possibilidade de deslocamento de população no território paulista.

A interiorização do crescimento representou por outro lado a extensão e/ou o aprofundamento das desigualdades sociais. Foram acirradas ainda mais “as

heterogeneidades regionais já existentes(...). Modificaram-se os padrões de comportamento e hábitos de consumo da população. Cidades médias passaram a conviver com a pobreza urbana (favelas, cortiços, expansão das áreas periféricas) e a violência; surgiram novas modalidades de movimentos migratórios em direção às cidades (migração de população de pequenas cidades em direção às maiores, migração pendular, sazonal e de retorno). Enfim, esse é o cenário de uma sociedade industrial de massa que reproduz, cada vez mais, as desigualdades sociais, expandindo essa reprodução no interior do espaço paulista” (Bógus & Baeninger, 1989:70).

Neste contexto de crescimento, mas também de pobreza, determinados tipos de migrantes passaram a fazer parte do discurso do poder público municipal das cidades Interioranas, como um alvo fácil ao qual se atribui a responsabilidade por boa parte dos problemas vividos por estas cidades. Muitas prefeituras diagnosticando a problemática desta contradição a partir da ótica migratória, atuaram no sentido de “resolvê-la”, ou pelo menos minimizá-las, através do controle e da triagem de entrada de migrantes. Surgiram assim os albergues dos migrantes.

Estes Albergues são instituições que visam atender um tipo específico de migrante e auxiliá-los para que consigam trabalho, recursos financeiros, de saúde, hospedagem, higienização, etc. Estes migrantes são conhecidos por vários nomes: trecheiros, andarilhos, grupos de ciganos, turistas miseráveis, viajantes a cus-

ta do governo, pobreza ambulante, migrantes institucionais, homens de rua... Utilizaremos aqui o conceito de itinerante apenas para efeito de descrição deste processo.

Trata-se, para além dos nomes, de um segmento da população que migra individualmente, formada predominantemente por homens em idade ativa, de baixa ou quase nenhuma qualificação profissional, baixos níveis de escolaridade e que não conseguindo emprego em determinada cidade seguem à procura de novas oportunidades em outras áreas do Estado de São Paulo ou em outros Estados do País. Muitos desses itinerantes retornam num curto espaço de tempo e logo em seguida, partem novamente para outras cidades. Este vai e vem configura uma mobilidade contínua muito próxima a um processo de nomadismo urbano. Para estes migrantes, os albergues tornaram-se um ponto de referência e de passagem quase que obrigatório.

Do ponto de vista estatístico é impossível quantificá-los, pois nenhum dado oficial consegue mensurar este conjunto de pessoas que circulam diariamente entre as cidades paulistas. Os albergues cadastram as pessoas atendidas e, ao que tudo indica, trata-se de um volume de população considerável que transita por estas instituições.

Os municípios que se caracterizam como ponto de passagem dos migrantes itinerantes são basicamente aqueles que possuem albergue, mas não exclusivamente. Mesmo nos municípios que não possuem a instituição albergue, suas prefeituras

contam com algum tipo de programa de assistência ao migrante através de suas Secretarias de Ação Social. Estes municípios estão espalhados relativamente por todas as áreas do Estado de São Paulo e são cidades de diferentes tamanhos com destaque para aqueles que são servidos pelo sistema ferroviário da FEPASA.

Dado este contexto geral, este artigo tem por objetivo analisar os programas de Assistência aos Migrantes não apenas para demonstrar que estes não atingem o seu objetivo assistencial, mas sobretudo como suas práticas institucionais enquanto políticas de migração isoladas ao nível municipal criaram uma rede de controle sem saídas que disciplina e circunscreve um fluxo migratório "que não tem mais origem nem destino, que é fluir permanente, circulação interminável" (Vainer, 1987: 24); ao mesmo tempo, definem as possibilidades de circulação em tempos e espaços urbanos bem demarcados nas cidades do Interior Paulista².

Esta nova forma de mobilidade espacial é induzida e perpetuada pelas ações municipais a partir de mecanismos de controle que desterritorializando os migrantes acaba por reforçar o poder de instituições - os albergues - que passam a existir exclusivamente para administrar os efeitos produzidos pela sua própria ação, ou seja a circulação permanente dos itinerantes. Como resultado deste processo tem-se que estes migrantes, longe da liberdade de ir e vir, permanecem constantemente em movimento, paradoxalmente em lugar nenhum, mas concomitantemente em todos os lugares.

Albergues, CETREN's, Casas de Passagem, Hospedarias: Instituições de Assistência aos Migrantes

Os Programas de Assistência aos Migrantes nas cidades do Interior do Estado de São Paulo são desenvolvidos pelas prefeituras através de seus albergues, CETREN's ou Hospedarias que são instituições das Secretarias do Bem Estar Social ou de entidades filantrópicas e/ou religiosas que podem estar vinculadas ou não com a administração municipal. Estas ins-

tuições, que chamaremos aqui genericamente por albergues dos migrantes, começaram a ser criadas ou se já existiam foram reestruturadas em meados dos anos oitenta.

A população atendida nestes albergues é relativamente heterogênea e não se constitui exclusivamente de migrantes. Existem programas de atendimento à criança e ao homem de rua, aos idosos, atendimento para encaminhamento de doentes aos hospitais e clínicas de saúde, etc. Estas instituições geralmente trabalham junto à Secretaria da Ação Social no caso de calamidade pública como em inundações, em caso de despejos, no inverno ou em outras situações extremas. Contudo, apesar destas várias áreas de atendimento, os migrantes são a grande maioria do público atendido, até porque, a finalidade primeira destes albergues constitui-se na assistência aos migrantes.

O atendimento aos itinerantes é na sua forma bastante semelhante em todas as cidades que possuem albergues, havendo, é claro, especificidades locais. Descreveremos a seguir, genericamente, quais os tipos de assistência oferecidas aos itinerantes pelos albergues, ressaltando porém que, apesar desta descrição apresentar as principais características de 13 albergues pesquisados³, não representa concretamente o caso de nenhuma cidade. Deve contudo representar a tendência geral dos programas de atendimento aos migrantes nas cidades do Interior do Estado de São Paulo.

Os itinerantes podem dirigir-se ao albergue de duas formas. Na primeira delas os migrantes chegam através de iniciativa própria. A maioria dos itinerantes já ouviu falar que a cidade possui um sistema de albergagem e se dirigem para lá contando com algum tipo de auxílio. No caso de algumas cidades, existem também serviços de informações ao migrante localizados na rodoviária ou ferroviária que têm como objetivo encaminhar os recém-chegados até o albergue.

Outra forma dos migrantes chegarem até o albergue é através do sistema de ronda. A ronda é um trabalho do albergue integrado com a polícia militar e sua função é percorrer pontos estratégicos do município para recolher a população que

se encontra na rua. A ronda funciona também através de um sistema de comunicação onde a população informa a Secretaria da Ação/Promoção Social ou a polícia através de ligação telefônica a existência de pessoas perambulando pelas ruas das cidades, famílias residindo em praças públicas, debaixo de pontes, pessoas dormindo em frente a algum estabelecimento comercial ou num canto qualquer da cidade. Feito o comunicado, é acionada uma viatura que se dirige até o local indicado para recolher os itinerantes.

Este sistema de vigilância permanente que visa basicamente restringir a circulação dos migrantes pelas cidades é utilizada por vários municípios como por exemplo Campinas, Ribeirão Preto, Rio Claro, Sorocaba, São José do Rio Preto e São José dos Campos. O que pode variar neste sistema é que em algumas cidades a ida do migrante para o albergue é facultativa, enquanto que em outras o seu recolhimento é um ato compulsório.

Ao chegar no albergue, independentemente da forma como se dirigiu para lá, o migrante passa por um processo de triagem e cadastramento, sendo em seguida encaminhado para entrevista com uma assistente social. Se o migrante não possuir documentação, o próprio albergue o encaminhará para a delegacia a fim de providenciar a devida identificação: Registro de Identidade, Carteira de Trabalho, etc.

Nestas entrevistas os itinerantes expõem os motivos que os levaram a se dirigir para a cidade, e que tipo de assistência eles estão necessitando. Nos relatórios dos diferentes albergues pesquisados constatou-se basicamente os mesmos motivos verbalizados pelos itinerantes durante o processo de triagem: a) *procura de emprego/moradia*; b) *fornecimento de passagem para o seu local de origem ou para outro município* (município próximo, local de nascimento ou local onde residem os familiares, etc); e, c) *Assistência médico-hospitalar*. Este resultado não é nada surpreendente ao consultar os estudos que enfocam as motivações dos migrantes para sua mobilidade, exceto pelo item fornecimento de passagens.

No caso específico da assistência médico-hospitalar, os enfermos são encami-

nhados para os hospitais do município, e se não existirem leitos disponíveis ou um tratamento especializado, eles serão encaminhados para outros municípios.

Para os dois primeiros motivos, que representam a grande maioria da procura, faz-se necessário a permanência do migrante na cidade e portanto no albergue. Faz parte dos programas dos albergues oferecer o pernoite, a alimentação e a higienização num período que pode variar de três dias a uma semana e durante este período os itinerantes ficam sujeitos as normas internas da instituição; horários para as refeições, horário limite para o retorno à noite, atividades ocupacionais, entrevistas com assistentes sociais, etc.

Para aqueles que procuram trabalho, existe em alguns albergues uma espécie de balcão de empregos que mantém contatos com as empresas do município, e se existir vaga disponível os itinerantes são encaminhados para seleção. Se não existir emprego nos balcões, ou mesmo se o albergue não possuir este tipo de programa, os migrantes têm que conseguir por si alguma colocação, utilizando-se apenas do auxílio oferecido em termos de hospedagem, alimentação e higienização.

Como o tempo de permanência estipulado pelos albergues é relativamente curto e nem sempre é possível arrumar trabalho neste espaço de tempo e como raramente existe outra opção concreta que possibilite sua permanência na cidade a fim de continuar procurando emprego (como por exemplo uma rede familiar, de amigos, etc) o migrante acaba quase sempre "optando" por sair do município.

Com relação às "doações de passagem" o objetivo principal deste programa institucionalizado pelos albergues era o de proporcionar o retorno ao seu local de origem⁴. Entretanto, a maior parte dos itinerantes que está circulando pelas cidades do Interior de São Paulo é de outros Estados e, ao mesmo tempo, por ser muito grande a demanda por passagens raramente existe verba suficiente para atender a todos os pedidos. Muitas vezes o migrante não deseja voltar para sua terra natal, mas sim se dirigir para determinado local de onde ouviu falar que lá tem emprego.

Para atender toda a demanda e também devido a impossibilidade de os migrantes

permanecerem nos albergues por muito tempo foi colocado em funcionamento um sistema de distribuição de passagens que, compatível com a escassez de recursos dos albergues, atende a maior parte dos itinerantes sem fornecer no entanto, o embarque ao local desejado. Na prática este sistema funciona da seguinte forma: por exemplo, se a pessoa está no Interior e deseja ir para a Capital de São Paulo, o itinerante embarca para Jundiaí ou Campinas; se o destino é Minas Gerais, a passagem é fornecida para Ribeirão Preto; se for para os municípios próximos à divisa com o Paraná, a passagem é fornecida para Ourinhos ou Assis; se o destino é a região Oeste do Estado, ou mesmo o Mato Grosso do Sul, fornece-se até Presidente Prudente, Campo Grande ou Bauru.

Os migrantes conseguem dessa forma sempre partir para algum ponto em direção ao seu local de destino, e, ao chegar no município para onde foi oferecida a passagem, ele tentará novamente, através de uma nova solicitação junto a outro albergue ou prefeitura, uma nova passagem; de cidade em cidade, dessa forma, vai sucessivamente, até chegar ao local desejado. Neste jogo de empurra, formou-se um circuito fechado e pontuado por albergues onde, uma vez dentro dele, só é possível sair mediante a inserção em algum tipo de trabalho, geralmente na construção civil, na prestação de serviços não especializados ou em alguma atividade agrícola sazonal.

O meio de transporte mais utilizado por estes programas é o ferroviário. Além de ser menos oneroso para as prefeituras, a FEPASA possui um programa de transporte de caráter social obrigatório que em entendimentos com a Secretaria Estadual do Bem Estar, colocaram à disposição um vagão no final do trem que é destinado ao transporte dos itinerantes. Para os municípios que não são servidos pela linha férrea os itinerantes viajam de ônibus, quando as empresas permitem o embarque, de carona e não é raro vê-los a pé pelas estradas.

Até aqui parece ficar claro que tanto para os itinerantes que vão à procura de trabalho e não conseguem, como para quem está somente de passagem, a estada e a saída do município, é mantida e induzida exclusivamente pela ação dos albergues. Tudo indica que muito menos do que um

caráter de dependência que os itinerantes passam a manter com os albergues durante suas idas e vindas, ocorre sim, por trás desta aparente disformidade, uma contínua disciplinarização destes fluxos através da organização e distribuição destes migrantes no espaço, do controle do tempo de permanência na cidade, de uma vigilância que está presente em quase todos os pontos da cidade e pelo registro contínuo dos albergues ou da delegacia de polícia que controlam, classificam e despacham estes itinerantes⁵.

Uma Nova forma de segregação: a circulação permanente

Pode parecer bastante paradoxal em um exercício de análise social aproximar dois conceitos tão antagônicos como assistencialismo e controle, entretanto ao se olhar o funcionamento cotidiano destas instituições de apoio ao migrante verifica-se que assistir e controlar são meio e fim do mesmo processo de circulação permanente criados e perpetuados pelos albergues.

Os programas desenvolvidos pelos albergues apresentam mecanismos de captação de população que atuam restringindo a circulação dos migrantes das cidades confinando-os nos albergues para depois expulsá-los. Além das técnicas institucionais aplicadas através dos programas de Ronda, do sistema telefônico, dos postos de informações nas estações rodoviárias e ferroviárias, existem diluídos em toda a rede de albergues uma racionalidade (irracional) que é parte integrante do controle e da disciplinarização dos corpos no tempo e no espaço.

Um primeiro elemento que vale a pena destacar é de que modo o sistema ferroviário enquanto o meio de transporte mais utilizado pelos albergues para a mobilidade dos itinerantes facilita o controle deste fluxo. O trem dos itinerantes, também conhecido como "pára-quadras" ou "trem dos miseráveis", circula por todos os ramos da FEPASA cortando quase todo o Interior do Estado. No meio do caminho os itinerantes vão embarcando, desembarcando e fazendo suas baldeações conforme os municípios em que o trem vai passando até chegar ao destino de suas passagens.

Muitas vezes o migrante não chega nem a desembarcar. Na chegada do trem fica estacionado um carro da ronda para recolher e encaminhá-los diretamente para o albergue. Ou seja, em muitos casos os migrantes não viajam de cidade em cidade, mas do vagão do trem para o albergue e só após a triagem e a devida identificação ele poderá tentar a sua sorte. Assim, como o trem tem horário e dia certo para chegar e para sair e, uma vez dentro dele os itinerantes só podem desembarcar no local programado, ou talvez na próxima estação, sua utilização como meio de transporte e de captação dos itinerantes é um eficiente mecanismo no controle deste fluxo de população. Vale ressaltar ainda que durante o trajeto, os itinerantes viajam em vagões previamente determinados e acompanhados de seguranças que impedem o desembarque fora dos municípios de destinos definidos pelos seus passes. É proibido também a circulação dentro do trem.

Em algumas cidades que não são servidas pela FEPASA e que são importantes pontos de passagens dos itinerantes, foram desenvolvidos outros métodos de controle. Trata-se da utilização de barreiras físicas com vigilância permanente que, ao suspeitarem de algum estranho entrando na cidade encaminham-no ao albergue ou à delegacia. Estas barreiras podem ser das mais variadas formas.

Em Paulínia, cidade localizada na região de Campinas, foram instaladas seis cancelas de segurança que fecham completamente o acesso à cidade nas quatro principais entradas da cidade (vide O Estado de São Paulo, 13/10/91). No outro lado do Estado, o município de Campos do Jordão além de possuir barreiras na principal entrada da cidade foi instituído o visto de migrante que define um tempo de permanência máxima no município (vide Folha de São Paulo, 17/04/94). No município de Ilha Bela, no litoral norte do Estado, o controle é realizado na Balsa que faz o transporte do continente para a ilha (vide JACAREÍ, 1992), entre outros exemplos.

O transporte pelo trem e as barreiras físicas são importantes instrumentos que atuam sobretudo no sentido de controlar a entrada do itinerante, forçar sua retirada da rua e obrigar sua passagem pelos alber-

gues. Este processo de confinamento é apenas o primeiro passo na disciplinarização destes fluxos que em seguida, dentro do albergue, terá continuidade.

A possibilidade de se hospedar, de se alimentar e de conseguir as passagens não são sempre gratuitas. Em alguns municípios os itinerantes são obrigados a trabalhar para receber suas passagens desde que não se tenha passes disponíveis e nem verbas para comprá-las. Em outros, o sistema de triagem funciona de modo que registra as passagens dos indivíduos pelo albergue. Assim, na primeira vez o albergue fornece a passagem gratuitamente, a partir da segunda só serão fornecidas mediante a realização dos trabalhos pelos itinerantes.

Estes serviços prestados para o albergue ou para a comunidade em contrapartida pela assistência podem ser das mais variadas espécies. Eles podem ajudar na limpeza de praças, ruas e cemitérios; podem trabalhar numa horta municipal, numa fábrica de blocos, e em alguns municípios existiam projetos para que os itinerantes trabalhassem na reciclagem do lixo. Além desta "prestação de serviços para a comunidade", os trabalhos internos do albergue também são executados com a ajuda dos próprios migrantes como por exemplo a limpeza, arrumação, lavagem, preparo da comida, etc.

Segundo o discurso dos administradores e técnicos dos albergues a necessidade de trabalhar para permanecer no albergue é justificada como uma forma de minimizar os gastos com passagens e com programas de "promoção humana pelo trabalho". Veja como eles aparecem nos projetos de trabalho em alguns albergues pesquisados. Primeiro em dois projetos de capina nas praças e em terrenos baldios das cidades e outro na implantação dos trabalhos dentro do albergue:

"...propomos um projeto em que o indivíduo seja valorizado pelo seu próprio trabalho e esteja pagando por sua passagem, ou mesmo descubra-se enquanto cidadão de uma determinada área e opte por fixar em alguma cidade; pois não podemos mais continuar transferindo o problema para outra cidade acumulando gastos, incentivando a ociosidade destes e atraindo número considerável

de itinerantes...". (Bebedouro, 1991).

"- Propiciar aos migrantes e municipais passagem para as diversas localidades do país, através de uma atividade produtiva e com recursos próprios...

- Contribuir para o município na manutenção da limpeza urbana.

- Propiciar a clientela o sentido de valorização no recebimento da passagem através de seu próprio esforço". (São José dos Campos, 1992).

"Em face da demanda existente, e tendo em vista o tempo de permanência da população atendida nas instalações do órgão, é urgente providenciar uma sistemática de terapia ocupacional. Tal iniciativa além de servir como processo pedagógico-educativo, permitirá evitar certo comportamento indisciplinado e agressivo o que representa uma ameaça aos funcionários e internos". (Ribeirão Preto, s/d).

Percebe-se que os programas desenvolvidos com os itinerantes durante a estada nas instituições são fortemente orientados por um sentido ético do trabalho, não apenas como uma forma de se pagar pelo benefício recebido, no caso a assistência, mas também como um programa de "ressocialização e de ocupação". Outro aspecto é que o fato de os itinerantes trabalharem ou não tornou-se em um dos parâmetros de avaliação de comportamento utilizado pela administração dos albergues para definir a concessão de alguns privilégios tais como: quem embarca primeiro, quem recebe as passagens para os locais desejados e não para outro município qualquer que esteja disponível, quem tem direito de ficar mais tempo no albergue além do prazo determinado, etc.

Pode-se dizer que dentro do albergue, estes programas também estão permeados por um caráter disciplinarizador não exclusivamente da ótica migratória, mas buscando a regulação de um certo comportamento de gratidão, obediência às regras, aos horários, etc... que em muitos casos envolve a barganha como um elemento de cooptação e garantia de "privilégios".

O terceiro e último mecanismo de controle da circulação que é integrante do permanente ir e vir dos itinerantes, agora do ponto de vista da expulsão, ou seja, que contribui para a saída dos itinerantes do

albergue e da cidade, acontece em um nível menos visível e mais compulsório. Trata-se da redistribuição clandestina de itinerantes.

Esta redistribuição, juntamente com a concessão irrestrita de passes, vem sendo chamada pelas Secretarias municipais e pelos próprios albergues de "exportação de itinerantes". Muitas prefeituras, ao se depararem com um grande número de migrantes e não possuindo condições de oferecerem passagens, fretam caminhões e ônibus distribuem-nos clandestinamente em outras cidades vizinhas. Geralmente as exportações ocorrem nas primeiras horas do dia e em locais periféricos. Como na maioria das vezes não existe possibilidade de emprego ou de locomoção para estes "exportados", os itinerantes caem no sistema de controle de outra cidade tendo que se dirigir novamente para outro albergue o qual, por sua vez, se não possuir passes suficientes para o embarque, atua da mesma forma. Em muitos casos as "exportações" extrapolam os limites do Estado de São Paulo.

A imprensa vem cobrindo estes fatos e constitui uma fonte importante de informação. Veja por exemplo algumas reportagens:

"Despejando"

"São Paulo e Campinas todos os meses mandam muitos imigrantes para a nossa cidade. Eles chegam com destino certo, Rio Claro. A surpresa foi São Carlos, que também pegou essa mania de empurrar os indigentes para cá." (Jornal de Rio Claro, 18/03/92).

"Pelo menos seis prefeituras do Vale do Paraíba estão "exportando" mendigos para outras cidades. Os mendigos são levados em carros alugados pelas prefeituras que também fornecem passagens de ônibus aos sem-teto(...). Os migrantes encontrados em Lorena são de Vitória da Conquista (BA) e foram levados para a cidade durante a noite, por um caminhão alugado pela prefeitura de Cruzeiro" (Folha de São Paulo, 10/03/95).

"O Prefeito de Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul na divisa com São Paulo, encheu um microônibus com 20 pessoas e mandou-os para Araçatuba. Embora tentada à noite, a "desova" não deu certo porque a polícia militar intercep-

tuou o veículo e mandou-os de volta." (O Estado de São Paulo, 16/03/89).

O caso mais explícito ocorreu no município de Araraquara que acaba representando bem este fenômeno das "exportações":

"O prefeito de Araraquara está pagando R\$ 500,00 para quem informar que cidade da região está "jogando" mendigos em Araraquara(...). Pouco antes do Natal uma Kombi, com placas de Ribeirão Preto foi vista "despejando" pessoas no Centro da cidade durante a madrugada... A prefeitura de Ribeirão Preto nega que tenha feito qualquer transporte de pessoas para Araraquara ou outra cidade da região." (Diário Popular, 05/01/95).

As exportações, como visto anteriormente, são sempre negadas pelas prefeituras, entretanto esta é uma prática bastante comum na expulsão de população das cidades.

Frente a este quadro geral, pode-se verificar que as cidades do Interior desenvolveram mecanismos próprios de segregação e disciplinarização de população que tem como estratégia principal a circulação. Suas hastes são o fornecimento de passagens, o curto período de tempo estipulado para a estada do migrante no albergue quando conseguem transpor as barreiras físicas, os encargos que são decorrentes desta estada travestidos de ressocialização, as exportações entre outros. Estas "tecnologias" sustentam não só a continuidade desta mobilidade permanente, mas também a própria existência destas instituições.

Formou-se assim uma rede que opera controlando um fluxo migratório aparentemente disforme - tratado às vezes como sendo constituído por mendigos, migrantes, homens de rua, sem-teto, etc., que vão para lá ou para cá, sem eira nem beira -, mas que é ao mesmo tempo vicioso, circunscrito e muito bem demarcado. Mais do que assistir ou bloquear a entrada de população, esta rede produziu um tipo específico de migrante - o itinerante - e o mantém permanentemente circulando pelas cidades do Interior do Estado de São Paulo.

*Valmir Aranha é analista de Projetos da Fundação SEADE. Mestrando em Sociologia na Universidade de Campinas - IFCH/UNICAMP.

NOTAS

1 - O processo de Interiorização da indústria no Estado de São Paulo já foi detalhadamente analisado por outros trabalhos específicos. Vide p. ex. FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE (1988).

2 - Vale ressaltar que o controle de entrada de migrantes não é um fenômeno exclusivo do Estado de São Paulo mas ocorre em outras cidades e Estados do País. No Rio Grande do Sul vide artigo: "As Cidades proibidas", in Revista Veja (1993) 26(9):43-45, mar.; no Estado do Paraná vide reportagem: "Cidades se acusam de exportar indigentes", in Folha de São Paulo (1993), 23/09/1993.

3 - Americana, Bauru, Bebedouro, Caçapava, Campinas, Jacaré, Piracicaba, Rio Claro, Ribeirão Preto, São José dos Campos, São José do Rio Preto, Sorocaba e Presidente Prudente.

4 - vide p. ex. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 1992 e Bebedouro, 1991.

5 - Estas características de controle de população aqui apresentadas foram elaboradas tendo como referência os estudos de Michel Foucault sobre as sociedades disciplinares. Vide p. ex. Foucault (1983), em especial a terceira parte sobre a Disciplina.

BIBLIOGRAFIA

BEBEDOURO: Prefeitura Municipal - Serviços de Obras Sociais. (1991) Projeto de atendimento, controle e integração de migrantes e itinerantes. Bebedouro. (mimeo).

BÓGUS, L.M.M. & Baeninger, R. (1989). Reorganização Espacial da População no Interior do Estado de São Paulo. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação SEADE, 3 (3): 69-74, jul/set..

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE. (1988) O Processo de interiorização do desenvolvimento e da urbanização no Estado de São Paulo. São Paulo. Coleção Economia Paulista, v.1.nº 1.

FOUCAULT, M. (1987) Vigiar e Punir: história da violência nas prisões. Petrópolis, Vozes, 5a. ed.

JACARÉ: Prefeitura Municipal - Secretaria do Bem Estar Social. (1992) Relatório avaliativo do IIIº encontro regional de estudos dos fluxos migratórios no Estado de São Paulo. Jacaré. (mimeo).

OLIVEIRA, A.D. & VICENTE, C.M. (1989) Gente "sem eira nem beira". Travessia Revista do Migrante. São Paulo, Centro de Estudos Migratórios. 4: 33-35, mai./ago.

RANGEL, M.C. (1993) Os Fluxos migratórios em Presidente Prudente: os migrantes mostram sua cara. São Paulo. (mimeo).

RIBEIRÃO PRETO: Prefeitura Municipal - Secretaria do Bem Estar Social. (s/d) Diagnóstico social referente a divisão de atendimento comunitário que inclui os programas da CETREN, CECOP e IAFAM. Ribeirão Preto. (mimeo).

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: Prefeitura Municipal - Secretaria do Desenvolvimento Social. (1992) Programa Casa do Migrante. São José dos Campos. (mimeo).

VAINER, C.B. (coord.). (1987) Migrações internas: um levantamento bibliográfico da produção científica na Região Sudeste (1980-87). Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/UFRJ. (mimeo).